

CIES e-WORKING PAPER N.º 83/2009

**Trajectos interurbanos na diáspora:
o elo esquecido da mobilidade social**

RITA D'ÁVILA CACHADO

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Rita d'Ávila Cachado é doutorada em Antropologia, variante de Antropologia Urbana, pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). Realizou trabalho de campo com a comunidade hindu do bairro Quinta da Vitória (Concelho de Loures, AML), onde analisou o processo de realojamento que ali teve lugar, bem como as influências do passado colonial na vida das famílias hindus na actualidade. Recebeu uma bolsa de pós-doutoramento da FCT (2009-2011), cuja pesquisa incide no estudo da mobilidade social e urbana no contexto da diáspora hindu. É investigadora do Centro de Estudos e Investigação em Sociologia (CIES-ISCTE).

E-mail: rita.cachado@iscte.pt

Resumo

As comunidades hindus em diáspora têm sido estudadas sobretudo do ponto de vista das histórias da adaptação aos países de acolhimento, esquecendo que estas populações se instalam em contextos urbanos complexos que urge serem convocados para o debate nas ciências sociais. Para o estudo das comunidades em foco, propomos seguir o repto de Bassant e Kaufmann (2000), que equacionam a mobilidade espacial como facto social total.

As famílias hindus que optaram por uma terceira migração para Inglaterra (após terem passado por Moçambique e Portugal) deslocam-se entre cidades onde residem e onde têm familiares. Uma etnografia sobre estes movimentos desvenda os trajectos necessários para a realização das tarefas religiosas, para o acesso ao emprego e para residirem mais perto da família. Face a estas dinâmicas, estamos perante a necessidade de debater as actuais propostas sobre o conceito de mobilidade social, mesclando a mobilidade territorial com as mobilidades residencial e urbana dos actores sociais em causa.

Palavras-chave: mobilidades, diáspora, hinduísmo, transnacionalidade, contextos urbanos.

Abstract

The communities of the Hindu diaspora have mainly been studied from the standpoint of their histories of adaptation to their host countries, while it is forgotten that these populations settle in complex urban contexts that need to be included in the social science debate. For the study of the communities under examination, we propose to follow the challenge mounted by Bassant and Kaufmann (2000), who consider spatial mobility as a total social fact.

Hindu families who chose to migrate for the third time – to Britain, after passing through Mozambique and Portugal – travel between cities where they live and where they have family. An ethnography on these movements reveals the journeys necessary to carry out religious tasks, gain access to employment and live closer to the family. In the light of these dynamics, we need to debate the present proposals on the concept of social mobility, mixing territorial mobility with the residential and urban mobilities of the social actors in question.

Key-words: mobilities, diaspora, Hinduism, transnationality, urban contexts.

Apresentação

Alguns dos trabalhos mais conhecidos na Antropologia dedicam-se de uma forma ou doutra à mobilidade dos actores sociais. Os Argonautas de Malinovski e os pastores Nuer de Evans-Pritchard são populações extremamente móveis; foi a análise sobre os seus movimentos, itinerários quotidianos e cíclicos que contribuiu para o nascimento de algumas das interpretações mais estáveis em Antropologia. Com nuances e especificidades ao longo das últimas décadas, a mobilidade nas ciências sociais tem sido pesquisada a propósito das migrações. Deste modo, os movimentos migratórios sucessivos das comunidades hindus em diáspora oferecem um contexto particularmente fecundo no sentido de contribuir para os estudos recentes que se têm debruçado sobre as novas formas de mobilidade.

As comunidades hindus residentes na Área Metropolitana de Lisboa (AML) foram já estudadas sob perspectivas diversas, sobretudo no âmbito da Antropologia; os seus percursos migratórios têm sido acompanhados por vários investigadores (Malheiros, 1996; Bastos e Bastos, 2001; Lourenço, 2003; Cachado, 2003). De qualquer forma, apresentamos um resumo dos principais percursos. A maior parte dos hindus residentes em Portugal emigraram de Moçambique para a AML no início dos anos 1980, no contexto do agravamento da guerra civil neste país, e estabeleceram-se em aglomerados residenciais com características e contextualizações urbanas específicas, determinadas pelo tipo de acesso à habitação por parte das famílias e das castas, e determinantes para os percursos de vida dos seus membros. O principal local de residência inicial foi a Quinta da Holandesa.¹ Localizada no Vale do Areeiro, é um bairro de habitação precária instalado numa zona com grande centralidade no contexto da cidade de Lisboa, cuja população foi realojada em meados dos anos 1990 no bairro do Armador. Este é uma das urbanizações de habitação social localizadas em Marvila, no Vale de Chelas, onde foram realojadas populações de diversos bairros degradados de Lisboa, compostas por portugueses de origem rural pobre e por imigrantes originários dos países africanos ex-colonizados por Portugal. Os hindus portugueses foram também residir para a Quinta da Vitória, localizada na freguesia da Portela, no concelho de

¹ A Quinta da Holandesa e a sua comunidade hindu foi alvo de um estudo de Bastos (1990) que versava sobre a organização espacial da casa, tornando-se no estudo etnográfico fundador sobre os hindus em Portugal.

Loures, perto do Aeroporto de Lisboa, e que é também um bairro de habitação precária.² Apesar de uma parte da sua população ter sido realojada em diversos núcleos residenciais do concelho de Loures, principalmente no bairro social Dr. Alfredo Bensaúde, localizado imediatamente a sudoeste da Quinta da Vitória, este bairro ainda existe (em 2009), com cerca de uma centena de casas. Há ainda outras zonas da AML com famílias hindus concentradas residencialmente. Muitas famílias que vieram para Portugal no início dos anos 1980 foram morar para várias urbanizações de Santo António dos Cavaleiros, em apartamentos de aquisição própria.³ Finalmente, no concelho da Amadora também se encontram muitas famílias hindus, embora de forma mais dispersa do que nas localizações atrás referidas.

Antes da migração para Portugal, as famílias residiam em Moçambique, com vagas de imigração da Índia para esta colónia desde inícios do século XX até ao pós-II Guerra Mundial. Os estudos que se detêm no contexto de destino desta primeira migração passam por várias disciplinas. Rita-Ferreira (1985) no domínio da História, Patrícia Ávila e Mariana Alves (1993) no domínio da Sociologia, e Joana Pereira Leite (1993; 1996) no domínio da Economia, entre outras, permitiram posteriormente que outros investigadores tivessem alguma contextualização sobre o passado dos hindus actualmente residentes em Portugal. No entanto, esta contextualização esconde um movimento mais vasto e mais antigo. As migrações do Sul da Ásia para todo o Leste africano terão sido uma constante ao longo de séculos, no âmbito da circulação naval do Índico. Não obstante, o contexto específico do colonialismo português contribuiu para que muitas famílias residentes em Diu (no estado de Gujate, na Índia) tivessem emigrado para Moçambique.⁴

A população com a ajuda da qual realizei trabalho de campo nos últimos anos é uma pequena comunidade hindu residente na Quinta da Vitória. Este bairro era, no

² A Quinta da Vitória foi território de enfoque de estudo específico por Cachado (2000; 2008) e Correia (2004), em que o processo de realojamento funcionou como razão principal de observação.

³ Santo António dos Cavaleiros serviu como território de enfoque para estudar a comunidade hindu local, sobretudo a nível de questões relacionadas com o género, a diáspora e a religião (Lourenço, 2003; 2009).

⁴ Diu fazia parte, juntamente com Goa e Damão, do chamado Estado Português da Índia, até à sua anexação pela União Indiana em 1961. Goa foi também emissora de contingentes de emigração para Moçambique e Portugal, mas as famílias goesas são sobretudo de origem católica e com fins migratórios diversos dos emigrantes provenientes de Diu. Além disso, Diu está geográfica e culturalmente *colada* ao estado de Gujate, pelo que as migrações provenientes de diversas cidades daquele estado são significativamente mais próximas da migração a partir de Diu.

início dos anos 2000, composto de três populações etnicamente diferenciadas: os “portugueses”, os “africanos” e os “indianos”. A ênfase nestas designações decorre do facto de a maioria dos habitantes do bairro, independentemente da sua *etnicidade*, ter a nacionalidade portuguesa, ou porque nasceram já em Portugal, ou porque nasceram em países africanos ex-colonizados por Portugal, antes das respectivas independências. No ano de 2002, em resultado do Programa Especial de Realojamento (PER), cerca de 30 famílias hindus foram realojadas num bairro de habitação social, o bairro Dr. Alfredo Bensaúde, localizado diante da Quinta da Vitória, localização essa que facilitou a manutenção da rede de contactos entre famílias realojadas e famílias que continuam a aguardar o realojamento. Deste modo, a segregação espacial não foi acentuada relativamente à residência anterior, ao contrário do que muitas vezes ocorre nos realojamentos, uma vez que os bairros precários na AML, por norma, eram geograficamente mais centrais do que os bairros sociais onde as famílias vieram a ser realojadas. Tendo em conta que o processo de realojamento não constituía, afinal, uma solução habitacional para toda a população, uma das respostas por parte das famílias hindus na Quinta da Vitória foi a migração para Inglaterra, em busca de alternativa residencial. Desde o início dos anos 2000 que muitas famílias hindus estabelecidas em Portugal há décadas mas com familiares residentes no Reino Unido começaram a buscar ali alternativas mais vantajosas (Bastos, 2005) a nível laboral e comunitário.

O contexto específico das dificuldades em termos habitacionais dos residentes hindus na Quinta da Vitória acelerou uma terceira migração no seio das mesmas famílias. De facto, no Reino Unido as condições de alojamento dos emigrantes dependem de um processo menos burocratizado do que em Portugal por via do PER, levando muitas famílias a considerarem a migração para aquele país.⁵ No entanto, note-se que esta terceira migração depende de outros factores, comuns a famílias que, ao contrário daquelas, não têm problemas habitacionais em Portugal. A oferta de emprego e uma rede comunitária baseada na religião, bastante sedimentada no Reino Unido, são razões mais incidentes no momento de emigrar de novo. Aliás, as comunidades hindus residentes em diversas cidades do Reino Unido têm sido o mote para o desenvolvimento de análises em torno da diáspora hindu (Vertovec, 1991;

⁵ As condições e o acesso ao alojamento por parte das comunidades sul-asiáticas no Reino Unido foram sobretudo analisadas no contexto de estudos sobre a integração social e as relações interétnicas com as populações anteriormente estabelecidas naquele país (Hill, 1969; Smith e Whalley, 1975; Shaw, 1982; Davies, 1984; Robinson, 1986; Rex, 1988; Stopes-Roe e Cochrane, 1991; etc.).

Ballard, 1994; Coward, Hinnells e Williams 2000; Ali, Kalra e Sayyid, 2006, entre outros). Os estudos mais marcantes da literatura sobre diáspora hindu concentram-se na instalação e adaptação das comunidades nos países de destino e na manutenção das relações com os países de origem. Os mesmos estudos têm sido férteis na análise da mobilidade social associada à alteração do estatuto de casta. No entanto, uma abordagem que leve em conta os trajectos entre cidades nos países de acolhimento e respectivas implicações em termos de mobilidade social das famílias não tem sido convocada nas análises sobre diáspora, o que em última análise encobre uma parte da realidade altamente dinâmica destas populações. Ou seja, apesar de ser equacionada a mobilidade social, uma concepção de mobilidade a um nível alargado, de múltiplas escalas, não tem sido convocada.

As mobilidades dos hindus em contextos urbanos

O contexto específico de uma migração para o Reino Unido tendo a comunidade hindu da Quinta da Vitória em pano de fundo levou-me a pensar questões relacionadas com o conceito de mobilidade por diversas ordens de razões. A mobilidade dos hindus na AML, no sentido elementar de movimento, de deslocação no território, é activada por necessidades quotidianas que extravasam os percursos diários para o emprego. Ela decorre de visitas familiares e do próprio calendário hindu, fértil em cerimónias e rituais realizados em espaços de culto formais e informais espalhados na AML, da Quinta da Vitória a Santo António dos Cavaleiros, no concelho de Loures, passando pelo Bairro do Armador em Chelas, na freguesia de Marvila, até ao Lumiar.

As festividades mais marcantes do calendário hindu (o Navratri, o Janmashtami, o Holi)⁶ mobilizam quase todas as famílias residentes na AML para os templos de Radha-Krishna no Lumiar, de Shiva em Santo António dos Cavaleiros, e de Jai Ambé na Portela. Os casamentos, por seu lado, quando não se realizam na AML, mobilizam os membros das famílias para vários contextos urbanos em diferentes pólos da diáspora – Índia, Moçambique, Reino Unido. Sinal evidente da frequência destas viagens é a proliferação de empresas de transporte tuteladas por membros das comunidades sul-asiáticas, dedicadas a ofertas específicas de pacotes de viagens para o Sul da Ásia e países do Leste africano. Além das companhias aéreas, de que se destacam, para a Índia, a Air India e a Jet Airways, existem *sites* especializados em companhias de baixo custo e proliferam as empresas de transporte terrestre (aluguer de automóveis, de carrinhas para excursões familiares e de autocarros) que respondem com ofertas múltiplas à procura constante.

⁶ A primeira, também chamada Norta entre os hindus de origem gujarati, onde se incluem a maioria dos hindus residentes na Grande Lisboa, é um festival que ocorre perto do fim do calendário hindu e consiste em nove noites (navratri) de danças e música dedicadas à divindade feminina Durga e suas manifestações; esta é a festividade mais esperada do calendário, sobretudo pelas camadas mais jovens. O Janmashtami ocorre no Verão (em Portugal e no Reino Unido) ou nas monções (no caso da Índia). Celebra o nascimento de uma das divindades mais importantes do panteão hindu, Krishna, e além de celebrações específicas no templo, consiste num cortejo realizado à volta do bairro de residência daqueles que frequentam um mesmo templo (*mandir*), em que os bebés são equiparados a Krishna e levados à cabeça num cesto, vestidos a rigor. O Holi, por fim, celebra a vinda da Primavera e retoma um mito cuja moral assenta no fortalecimento da fé dos devotos. É feita uma fogueira à volta da qual se realizam rituais específicos e no final os devotos brincam uns com os outros com pós coloridos e água, num momento em que se contornam papéis e normas de parentesco, fazendo com que esta festividade equivalha ao Carnaval no contexto ocidental.

Como tem vindo a tornar-se claro neste texto, para os hindus residentes na AML a localização dos templos e das casas onde se realizam diferentes ritualizações determina uma grande parte da sua mobilidade territorial na cidade alargada. A circulação entre estes espaços faz-se sobretudo de automóvel, uma vez que a oferta de transportes públicos é insuficiente e verifica-se mesmo uma gestão da oferta de veículos próprios, através de boleias, que não é de desconsiderar quando olhamos para a mobilidade dos hindus na Grande Lisboa.⁷ As boleias como mobilidade alternativa podem ser vistas como parte da criatividade de um grupo na gestão da sua mobilidade, tal como Tarrius (1989) sugeriu há 20 anos. No Reino Unido, as famílias hindus circulam entre cidades por motivos semelhantes.

Os movimentos entre cidades motivados pelos rituais são de grande importância entre os hindus. No Reino Unido, a integração religiosa ao longo dos anos foi permitindo um crescimento lento mas constante do número de locais de culto e das comunidades que a eles acedem, corroborando a interpretação de Peach e Gale (2003). Os autores partem da ideia de paisagem religiosa para caracterizarem a evolução da instalação de locais de culto e respectiva frequência pelos devotos nas últimas décadas. O estudo é dedicado aos templos hindus, muçulmanos e sikhs no Reino Unido. Actualmente, muitas famílias hindus aí residentes, além de frequentarem um ou mais templos na sua cidade de residência, circulam pelo país para visitarem outros templos, organizando viagens familiares e/ou comunitárias para essas mesmas visitas, à semelhança, diríamos, do que fazem quando viajam à Índia (realizando jatra, que em suma são peregrinações a diversos locais de culto).⁸ Muitas vezes, as viagens em registo de excursão (quer dentro do país de residência, quer em viagens à Índia) são organizadas por famílias que gerem as actividades de um determinado templo.

⁷ Procurei desenvolver esta ideia em duas apresentações no contexto de conferências internacionais: no VI Congresso Português de Sociologia, de 24 a 28 Junho de 2008, na FCSH-UNL, em Lisboa, “Acessibilidades Limitadas no Espaço Metropolitano: O Caso dos Hindus da Quinta da Vitória” (26/06/2008); e no Colóquio Internacional “As Novas Configurações da Mobilidade Humana”, em Ponta Delgada, de 26 a 28 de Novembro de 2008, “Quando os Transportes Não Chegam para os Percursos Diários: O Papel das Boleias entre os Hindus na Área Metropolitana de Lisboa” (27/11/2008).

⁸ Em Portugal há uma curiosa situação de organização de excursões em autocarro ao Santuário de Fátima, no caso da comunidade hindu da Portela. Tal como já referi em nota na tese de doutoramento (Cachado, 2008), as hipóteses explicativas sobre a devoção a N. Sra. de Fátima têm sido discutidas entre os investigadores que se debruçam sobre as comunidades hindus, ainda sem produção teórica sobre o assunto. Importa referir, para completar este apontamento, que a relação entre as duas religiões – hindu e católica – é antiga no contexto de origem desta população na Índia, e este facto não deve ser esquecido.

Recentemente, numa estada de terreno em Leicester (Maio de 2009), a família com quem estive mais tempo realizou, num carro alugado, uma viagem com propósitos religiosos a um complexo de templos no país de Gales, o Skanda Vale, gerido por officiantes galeses e ingleses. Os templos, localizados numa zona verde, e os rituais, realizados de forma ortodoxa, oferecem aos devotos hindus um contexto único, enaltecido pelos próprios, tanto porque os rituais e os mantras são executados com grande correcção, como devido à localização no meio da natureza, o que, por isso mesmo, equipara estes templos a alguns conhecidos na Índia. Importa referir que a necessidade de ortodoxia pelos devotos não é alheia a elevada incidência do nacionalismo religioso na Índia e na diáspora, sobretudo na última década (e.g. Assayag, 2001). Este complexo de templos tem vindo a ganhar uma importante fama entre os devotos residentes no Reino Unido e constitui razão suficiente para organização de viagens, tanto em veículos próprios, como em excursões organizadas. Outros templos no Reino Unido são motivo de viagem organizada, como o de Swaminarayan, de grandes dimensões, localizado em Harrow, onde reside uma grande comunidade hindu de origem gujarati. A mobilidade por motivos religiosos, quer seja entre casas de familiares para rituais domésticos específicos, quer seja para visitar templos fora da cidade de residência, deve ser equacionada ao pensar a mobilidade dos hindus; no entanto, ela não deve ser apenas pensada relativamente ao fim religioso, mas também quanto às suas funções específicas, como por exemplo o facto de estas peregrinações justificarem passeios que quebram as rotinas urbanas.

Assim, para lá de uma mobilidade territorial acentuada motivada por propósitos religiosos, as famílias hindus ou alguns dos seus membros têm outras razões, por vezes cumulativas, para circular entre cidades: devido à oferta diferenciada de emprego e de alojamento de cidade para cidade; para visitar amigos e familiares; para evitar contextos de controlo social excessivo. A mobilidade não se verifica apenas em termos de trajectos quotidianos reversíveis,⁹ mas com a preocupação mais clássica associada aos migrantes que procuram melhorar as suas condições de vida. As visitas a famílias em cidades diferentes daquelas em que se vive podem ter o objectivo de detectar tipos de oferta laboral que sejam mais vantajosos do que no local onde se habita.

⁹ A designação de mobilidades reversíveis e irreversíveis é defendida nomeadamente por Kaufmann *et al.* (2004) e Bassand e Kaufman (2000). *Grosso modo*, as mobilidades reversíveis estão ligadas aos trajectos quotidianos, enquanto as irreversíveis têm o seu exemplo mais claro nas migrações e sua influência no percurso de vida das famílias que emigram.

Os principais contextos urbanos para onde emigraram famílias hindus a partir da Quinta da Vitória, e também doutras localidades na AML onde a concentração residencial de famílias hindus é evidente, são Harrow, no Norte de Londres, Leicester, Wembley (imediatamente a sul de Harrow), e Southall, no sul de Londres, locais onde podemos encontrar muitas famílias hindus que emigraram a partir de Portugal. Leicester é um dos contextos urbanos mais procurados pelas famílias hindus que emigram. A escolha desta cidade como destino de instalação por milhares de famílias sul-asiáticas nas últimas décadas despoletou uma série de trabalhos sob perspectivas diversas mas complementares: Bryant (1983) sobre a vida religiosa da comunidade hindu local; Marett (1989) e Andrews (1995) sobre a instalação dos imigrantes em Leicester; Martin e Singh (2002) sobre as diferentes comunidades sul-asiáticas em Leicester; Singh (2006) sobre Leicester como *modelo* de cidade multicultural. De acordo com este último autor, a cidade de Leicester assim perspectivada apresenta-se como uma situação que, no início dos anos 2000, contrasta com a situação de racismo muito elevada nos anos 1970. O crescimento económico da cidade e a melhoria do sistema de transportes a partir de Londres contribuíram para um crescimento constante da população imigrante, em que se destacam os hindus com origem gujarati. O seu estabelecimento laboral na cidade ao longo das últimas décadas tem uma forte componente étnica, com especializações laborais que não puseram em causa o acesso ao trabalho por parte das populações já estabelecidas anteriormente. A ecologia da habitação na cidade terá também contribuído para que Leicester seja considerada hoje em dia um modelo de cidade multicultural, muito embora à custa das dificuldades de acesso à habitação por parte das populações imigrantes. O medo do racismo terá afastado os imigrantes de se registarem em listas de espera para habitação a baixos custos mais perto do centro, afastando-os para bairros que há duas décadas poderiam ser considerados suburbanos. O elevado crescimento de Leicester reduziu em parte a ideia de segregação espacial, uma vez que o comércio naquela cidade é marcado por uma linha urbana contínua entre o centro e os bairros em causa.

Em qualquer destes contextos urbanos britânicos, as ocupações profissionais dos hindus estão maioritariamente centradas na indústria de *catering* e nos pequenos negócios. As mulheres procuram emprego activamente, ao contrário do que acontecia em Portugal até há uns anos atrás, modificando hábitos familiares tradicionalmente

adoptados, que passavam pela permanência das mulheres em casa. Apesar de não haver dados sobre esta situação, a observação etnográfica ao longo dos anos na Grande Lisboa denota que as mulheres hindus acedem cada vez mais ao mercado de trabalho. Se, por um lado, este facto é por vezes perspectivado negativamente pelas pessoas em causa, que dizem que “em Londres nunca há tempo para nada”, restringindo-se a vida quotidiana aos trajectos casa-trabalho/trabalho-casa, a elevada oferta em termos associativos e culturais para as famílias hindus contribui para uma perspectiva globalmente positiva relativamente à escolha destas cidades para viver. Só em Leicester há cerca de oitenta organizações hindus (Andrews, 1995: 77).

Na estada de terreno em Leicester já referida, um informante adoptava uma postura céptica relativamente à elevada sedimentação cultural das comunidades hindus nas cidades de destino. Em termos gerais, o informante dizia que as famílias reproduzem os mesmos estilos de vida que tinham antes de emigrar, com elevado controlo social, em que os centros religiosos desempenham um papel central, especialmente no que toca às mulheres, fechando desse modo as comunidades sobre si próprias, não evoluindo para uma postura mais aberta. O referido fechamento das comunidades contribuiria assim para um *ciclo vicioso* do qual os membros da comunidade têm muita dificuldade em sair. O meu interlocutor aplicou mesmo um curioso termo para designar os bairros com elevada concentração residencial hindu, *small shels*, que denota uma imagem de fechamento. Esta perspectiva, de uma pessoa com elevado grau de escolaridade (mestrado em ciência política), contrasta no entanto com aquilo que venho observando nos últimos anos – por exemplo, parece haver uma preocupação crescente no sentido de que as raparigas não se quedem em graus de escolaridade baixos, como acontecia em gerações anteriores, e que acedam mais facilmente e com maior leque de escolhas, como os homens, ao mercado de trabalho (só para referir duas situações mais evidentes). Além disso, a visão global das cidades britânicas como *loci* de estabelecimento é muito positiva, quer no acesso a educação de qualidade, quer no acesso ao mercado de trabalho.

Manifestamente, as ofertas em termos de emprego, habitação e educação colmatam todo um capital simbólico atribuído ao Reino Unido como destino migratório preferencial (*cf.*, *e.g.*, Bastos, 2005). Neste âmbito, importa referir ainda um elemento *emic* significativo. Muitas das pessoas com que falei no terreno, sobretudo em Lisboa, ao falar tanto de bairros e pequenas cidades nos subúrbios de Londres (Harrow,

Wembley e Southall), como quando se referem a Leicester, a três horas de viagem da capital britânica, dizem que os seus familiares residem *em Londres*. Ora, a cidade de Londres, que representa um referente urbano, é convocada pelos actores sociais ao nível de referente nacional, baralhando assim as perspectivas teóricas transnacionais que se centram em referentes nacionais para explicar as múltiplas pertenças dos imigrantes. A evolução da literatura neste domínio aponta para a necessidade de estudar os fenómenos transnacionais à escala urbana. Um dos textos que inaugura o debate sobre a transnacionalidade é já de 1994, da autoria de Basch, Schiller e Blanc. Uma das autoras, Schiller (juntamente com Caglar, em 2009) retoma o debate, fazendo agora a apologia de abordagens que convoquem a relação entre as dinâmicas associadas às migrações e o crescimento urbano (Schiller e Caglar, 2009: 178). Sendo apenas um exemplo entre outros na literatura que cruza migrações e estudos urbanos, ele serve para ilustrar que a elevada concentração urbana associada à globalização (Sassen, 2001) produz também alterações nas concepções locais.

Muito embora este facto por si só não justifique a necessidade de observar fenómenos relacionados com as mobilidades a uma escala urbana, ele indica esse caminho, juntamente com o facto de as pessoas habitarem e se moverem em contextos urbanos com ofertas específicas. Além disso, os imigrantes que partem de Portugal para o Reino Unido mantêm a nacionalidade portuguesa, uma vez que são cidadãos da União Europeia, não sendo por isso importante a nacionalidade de destino. Outros contextos de populações transnacionais na Europa mostram que o esbatimento das fronteiras nacionais diminui o peso do referente nacional no transnacionalismo, e os debates passam a questionar aspectos concretos das dificuldades, necessidades e adaptações dos transmigrantes, mais do que abordar leis de imigração. No caso dos transmigrantes do Leste da Europa para a Europa do Norte e do Sul, a abertura das fronteiras em 2004 parece estar mesmo a contribuir para o esbatimento do paradigma do referente nacional nos estudos sobre transnacionalidade.¹⁰ Em última análise, os estudos sobre mobilidade que se debruçam sobre populações transnacionais podem ultrapassar a circunscrição desses mesmos referentes nacionais para outro tipo de referentes. Sintetizando, mais do que os países de origem e de acolhimento, são as cidades onde as famílias habitam que

¹⁰ Na recente Conferência da ESA (9ª edição, em Lisboa), numa mesa de trabalho dedicada à transnacionalidade, “Socio-Anthropology of Transnational Migrations and Migrants’ Families”, cerca de trinta *papers* tornaram esta questão evidente (<http://esa.abstractbook.net/themeListing.php?iID=41>).

mais interferem nos seus percursos de vida. O reforço da globalização nas últimas décadas contribui para a diminuição do peso dos países como referentes e para o aumento da importância de outras unidades territoriais, como as cidades (v. Sassen, 2001). Deste modo, não obstante a transnacionalidade e a diáspora continuarem a constituir-se como conceitos operativos na análise de muitas questões relacionadas com as comunidades hindus em migrações sucessivas, a mobilidade como conceito alargado permite convocar aspectos de certa forma esquecidos na literatura antropológica relativamente a estas populações.

Apesar de esta interpretação decorrer directamente do trabalho de terreno, foi interessante verificar que ela corrobora as palavras de Alain Tarrus (1989), na sua exposição do paradigma da mobilidade, onde o autor aponta igualmente para o facto de os movimentos transnacionais não estarem necessariamente ligados a referentes nacionais. De resto, ao demonstrar como grupos específicos (étnicos ou não) podem ser altamente criativos na gestão das suas mobilidades quotidianas e cíclicas e ao convocar o par mobilidade/temporalidade (relação espaço-tempo) como ponto de partida metodológico, a antropologia do movimento de Tarrus constitui-se mesmo como desafio e repto de pesquisa para quem se dedica às temáticas relacionadas com a mobilidade, e põe em causa abordagens científicas que esqueçam os movimentos dos actores sociais.

Uma outra situação no terreno levou-me a equacionar uma abordagem da mobilidade de forma alargada. A utilização das tecnologias de informação é cada vez mais comum um pouco por todo o lado, e as famílias hindus não são excepção. O telemóvel e a Internet são vantagens técnicas no contacto com familiares e amigos distantes. Num caso de uma informante em concreto, residente no Reino Unido, a Internet serve, por exemplo, para falar com amigas que ficaram em Moçambique, um país pólo da diáspora hindu para o qual se viaja cada vez menos. O telemóvel é utilizado tanto para as comunicações com familiares próximos como distantes, e permite um relacionamento amoroso que doutra forma seria quase impossibilitado, uma vez que o seu “amiguinho” (numa tradução do termo inglês *little friend*, adoptada no quotidiano pela própria) vive a 300 km de distância. A situação familiar de cada um dos membros do casal tem dificultado a possibilidade de casamento: ela tem uma filha pequena, ou seja, é mãe solteira, o que para todos os efeitos significa que o seu estatuto de namorada não seja o mais desejável para a família do namorado, que por sua vez

nunca casou; a família preferiria que ele casasse com alguém sem antecedentes conjugais. A utilização do telemóvel para a comunicação entre os dois tem travado, por seu lado, um afastamento que seria previsível caso não houvesse telemóvel e, desse modo, a comunicação entre os dois fosse dificultada. As tecnologias de informação, que talvez influenciem a manutenção das relações que estariam dependentes de visitas, complexificam as perspectivas sobre mobilidade não apenas centradas no território, mas também a nível virtual.

Num artigo recente, Dana Diminescu fala mesmo do migrante *conectado* (2008). A autora refere que as correntes actuais que pensam sobre a migração contemporânea concordam que os migrantes são actores de uma cultura de laços, que mantêm apesar de se moverem. É cada vez mais comum para os migrantes manterem relações remotas típicas de relações de proximidade e activá-las numa base diária (Diminescu, 2008: 567). A ideia principal veiculada neste artigo é considerar o migrante em todos os seus modos de mobilidade (física, imaginária, virtual) e verificar se a nossa sociedade dá sinais de mudança de uma hipermobilidade sedentária para uma hipermobilidade predominante (*id., ibid.*: 570). A autora termina o artigo colocando a seguinte questão: “será que o acesso aos dispositivos móveis influencia a mobilidade espacial?” (*id. ibid.*: 577) Mihaela Nedelcu também aponta para questões semelhantes na sua obra *Le Migrant Online* (2009). A autora fala de *geração zero*, chamando a atenção da literatura sobre transnacionalidade para o facto de as gerações mais jovens, com competências específicas ao nível das tecnologias de informação e comunicação, terem um papel importante na manutenção dos laços familiares. Assim, ensinam aos seus pais e avós como comunicar com os seus familiares através da Internet. Para a situação de terreno referida (que acompanho mais proximamente, mas que me parece de alguma forma transversal a muitas outras famílias), a utilização regular das tecnologias de informação, em parte, reduz as necessidades de deslocação, mas pode, ao mesmo tempo, facilitar a realização de deslocações entre cidades, uma vez que o contacto entre os membros de um mesmo grupo é também facilitado.

Procurarei abordar de seguida as principais ideias de alguns contributos da literatura que se detiveram na análise da mobilidade, importantes para pensar este conceito de forma plural. Esses contributos apontam, como veremos, para a interdisciplinaridade e para a ultrapassagem de formas estanques de interpretação dos fenómenos relacionados com a mobilidade.

Mobilidades em questão – alguns contributos

As formas mais comuns de abordar o tema da mobilidade são essencialmente três, não necessariamente em oposição. Por um lado, há os estudos que privilegiam a evolução das tecnologias associadas aos meios de comunicação e que contribuem, *grosso modo*, para desenvolver propostas em termos urbanísticos, seja quanto à melhoria do desempenho dos transportes, seja em termos da acessibilidade dos actores sociais a vários níveis. Por outro lado, a mobilidade tem sido, principalmente desde os anos 60 do século passado, associada às migrações, centrando-se na mobilidade dos migrantes entre países de origem e de destino. Esta temática alargada tem ecos nos estudos sobre transnacionalidade e diáspora por motivos óbvios e foi, aliás, sob essa evidência e a partir de longos anos de etnografia em diversos contextos que iam apontando para o mesmo, que Tarrius (1989) construiu o seu paradigma. Os estudos de diáspora, por sua parte, mais implicados em quadros teóricos com raízes nos estudos culturalistas e pós-coloniais, integraram a transnacionalidade mas parecem esquecer a mobilidade intrínseca dos actores sociais.

Uma terceira acepção geral da mobilidade aponta para a mobilidade social, estudada sobretudo no que diz respeito à ascensão social no seio das classes sociais (*e.g.* Bourdieu, 1979; Erikson e Goldthorpe, 1993).¹¹ Aliás, Bassant e Kaufmann (2000) recordam que a noção de mobilidade apareceu nos anos 1920 nos Estados Unidos, como uma ideologia relativa à igualdade social (Sorokin, 1927), mas só entrou no campo científico a partir dos anos 1960, no âmbito da mobilidade social e das migrações (Bassant e Kaufmann, 2000: 129).¹²

Facilmente se encontram pontos de ligação entre estas formas gerais de abordar a mobilidade, uma vez que, por exemplo, ao deslocar-se para um novo contexto nacional, os imigrantes procuram melhorar as suas condições de vida, nomeadamente através do acesso ao emprego. Essa tem sido, aliás, a condição primeira apontada como móbil das migrações; a mobilidade social dos imigrantes é muitas vezes uma evidência. Continuando a pensar no exemplo das migrações, o desenvolvimento tecnológico

¹¹ Salientamos neste domínio um artigo de Grácio (1997), onde são sintetizadas as abordagens ao conceito de mobilidade social.

¹² Os autores remetem ainda para Schuler *et al.* (1997), *Des Mobilités à la Mobilité: Vers un Paradigme Intégrateur*, para uma panorâmica sobre a evolução das problemáticas relativas à mobilidade.

associado aos transportes tem contribuído para a simplificação no acesso aos países de destino e para a acessibilidade dos migrantes, quando instalados nas sociedades de acolhimento, nas suas deslocações. Assim, a mobilidade nas suas várias acepções – territorial, residencial e social, a partir do contexto das migrações ou a partir da utilização de transportes cada vez mais desenvolvidos – está necessariamente interligada.

A recente publicação periódica *Mobilities* (v. Hannan, Scheller e Urry, 2006) trouxe um impulso renovado ao estudo das mobilidades. De acordo com os autores, no primeiro editorial, a revista procura dar conta de um paradigma das novas mobilidades que parece estar a formar-se e, ao mesmo tempo, colmatar uma lacuna das ciências sociais neste domínio. Retomemos as suas palavras:

[...] in their search for spatial *ordering*, the social sciences have still failed to fully recognize how the spatialities of social life presuppose, and frequently involve conflict over, both the actual and imagined movement of people from place to place, event to event. (*id. ibid.*: 4)

Os autores assinalam que os estudos de migrações, diásporas e cidadania transnacional desencadearam críticas às categorias estáticas de nação, etnicidade, comunidade, lugar e Estado, no seio das ciências sociais, transformando aqueles conceitos. Estes trabalhos sublinharam os fenómenos de deslocação e aumentaram as possibilidades de abordar a subjectividade associada à migração, essencial para problematizar a mobilidade, ultrapassando a distinção clássica entre lugares e pessoas. É desta forma que propõem a análise de aspectos relacionados com a mobilidade, convocando várias áreas disciplinares, centrada em quatro eixos que aqui recordamos: (i) uma ênfase na relação entre mobilidades e imobilidades humanas; (ii) uma análise da relação entre sistemas de mobilidade e fixação infra-estrutural; (iii) a dinâmica inter-relacional entre formas de mobilidade físicas, informacionais, virtuais e imaginativas; (iv) um programa para a análise de risco e de desastres (*id. ibid.*: 15).

Antes desta revista, uma das publicações mais relevantes para o estudo das mobilidades era *The Journal of Transport History*. Esta publicação centrou-se sobretudo na evolução dos transportes e na eficácia das tecnologias, contribuindo, por um lado, para uma história dos transportes e, por outro, para o melhoramento das

propostas urbanísticas em termos da acessibilidades.¹³ Neste tipo de abordagens, o termo mobilidade rimava com o de progresso social. A planificação urbana dos transportes orientava-se pela satisfação sistemática da procura potencial de mobilidade. A reivindicação da mobilidade urbana através dos transportes teve o seu auge nos anos 1970, com a crise do petróleo, a terciarização da economia e a escalada do desemprego na Europa (Bassant e Kaufmann, 2000: 130). Note-se que uma das principais questões relacionadas com a mobilidade tem sido a questão do acesso diferenciado dos actores sociais, pelo que a desigualdade face à potencial mobilidade social é um dos temas mais abordados ao estudar a mobilidade (Desjeux e Bonnet, 2000: 18). Os estudos sobre migrações neste domínio detêm-se em aspectos relacionados com as dificuldades de atravessamento de fronteiras e em políticas de entradas e saídas a nível nacional e transnacional, com o acesso à cidadania por parte de estrangeiros residentes num determinado país, e com políticas de imigração específicas (legislação sobre acesso a emprego, à segurança social, à educação).

Se os estudos sobre o desenvolvimento dos transportes, associados às desigualdades de acesso aos mesmos e, por consequência, às possibilidades de mobilidade territorial, foram importantes sobretudo para compreender melhor aspectos técnicos relacionados com a mobilidade territorial (Piron, 2000: 11), eles pareciam omitir o lado qualitativo das questões de mobilidade. No entanto, os estudos qualitativos mais recentes, que procuram dar voz activa às populações em circulação, através da etnografia e de outras metodologias que privilegiam os sujeitos, correm o risco, a meu ver, de relegar para segundo plano o contributo que poderiam dar ao urbanismo. Mas, claro, existem trabalhos de excepção que escapam a essa armadilha. Gostaria de salientar o caso dum relatório de investigação recente assinado por autores que têm contribuído para compreender melhor do que falamos quando falamos de mobilidade (Kaufmann *et al.*, 2004).

A proposta mais consistente do relatório em causa refere-se ao conceito de *motilidade*. Os autores concordam que a mobilidade espacial não é propriamente um conceito, mas uma noção fluida, na medida em que recobre vários fenómenos de natureza diferente, sem haver necessariamente ligação entre eles. Para colmatar essa falha, propõem o conceito de *motilidade*, que em resumo designa o potencial de

¹³ V. ainda Divall e Bond (2003), onde os autores sistematizam em termos históricos o crescimento das cidades relacionado com o desenvolvimento dos transportes.

mobilidade de um actor (*id. ibid.:* 26). O conceito é adoptado para poder falar das implicações territoriais e sociais dos sistemas técnicos de transporte e de telecomunicações. Esta proposta decorre da constatação de que a noção de mobilidade, focalizada sobre a deslocação, não permite falar da aquisição da propensão para a deslocação e das lógicas de apropriação dos potenciais de rapidez. Os autores definem *motilidade* como a maneira pela qual um indivíduo ou um grupo torna seu o campo do possível em matéria de mobilidade e a utiliza para desenvolver projectos.

Para Kaufmann e seus colegas, a *motilidade* compõe-se de três dimensões essenciais: a acessibilidade, as competências e a apropriação. Nesta óptica, a *motilidade* é sistémica e comporta uma relação *sine qua non*: a *motilidade* de uns influencia a *motilidade* dos outros. No final do relatório, quando dizem que há um desequilíbrio entre a vontade de ordenar o território e a *motilidade* dos actores, os autores parecem, a meu ver, apontar para uma necessária sinergia entre a produção das ciências sociais, que desvela os processos de *motilidade* e de mobilidade dos actores sociais, e a contribuição daquelas para o urbanismo: “[...] devemos trabalhar a *motilidade* como uma ferramenta de desenvolvimento territorial [...]” (*id. ibid.:* 67). E é neste sentido que creio que trabalhos como este, para os quais a importância dos sujeitos enquanto variável interpretativa é inequívoca, não caem na tentação de se limitarem à análise qualitativa subjectiva e promovem possibilidades de contributo – ao nível qualitativo – para questões de ordenamento. A meu ver, numa primeira apreciação, o conceito de *motilidade* parece permitir-nos analisar melhor as questões relacionadas com as desigualdades de acesso às diferentes formas de mobilidade e estabelecer relações entre essas mesmas formas.

No que diz respeito à mobilidade elevada dos hindus em diáspora, quer dentro das áreas metropolitanas onde residem, quer entre cidades a nível nacional e internacional, a *motilidade* poder-se-á aplicar aos processos pelos quais os actores acedem a novos espaços residenciais, a novos contextos profissionais, quer ao nível das escolhas, quer ao nível das contingências nos percursos de vida. No entanto, há que perceber melhor, seguindo as próprias propostas do relatório analisado, como é que uma mobilidade territorial se transforma em mobilidade residencial e, acrescentamos, como é que estas podem fazer parte de um processo mais alargado de mobilidade social. A mobilidade residencial no contexto das necessidades habitacionais, que implicou uma mobilidade territorial para outra cidade, num outro

país, com novos e melhores postos de trabalho, é também, a meu ver, mobilidade social no seu sentido alargado. Se este é o mote de uma investigação que ainda está em curso,¹⁴ podemos afirmar por ora que o próprio percurso de vida de muitas famílias hindus, tal como anunciámos mais acima, ou seja, uma terceira migração como resposta a necessidades habitacionais e laborais, revela um contexto particularmente rico para explorar as transições entre formas de mobilidade e conceber a diáspora não apenas como um dispositivo de reinserção e manutenção de traços culturais a um nível transnacional, mas também como meio de mobilidade social.

Voltando a um dos artigos de referência para esta análise, num texto que diríamos ter a paternidade de uma conceptualização mais fundamentada sobre mobilidade, patente no relatório de que falámos, Bassand e Kaufmann (2000: 133) referem que os estudos de imigração mostraram que esta permitia uma mobilidade social ascendente. O texto em causa está publicado numa colecção intitulada *Les Territoires de la Mobilité* (Bonnet e Desjeux, 2000), que não queríamos deixar de mencionar e que se constitui como uma das referências fundamentais no contexto da literatura francófona sobre mobilidade, tal como mais tarde surge a publicação *Mobilities* (de 2006 em diante) no contexto anglo-saxónico. Estas referências da literatura sobre mobilidade sublinham, entre outros aspectos, a clareza da relação entre imigração e mobilidade social e, como temos vindo a ilustrar neste artigo, ela serve de mote para pensar a mobilidade de uma forma alargada.

¹⁴ No âmbito do projecto de investigação de pós-doutoramento (FCT, 2009-2011, ref. SFRH/BPD/47813/2008).

Considerações finais

A mobilidade vista de forma alargada corresponde, no fundo, a repensar a mobilidade social integrando várias formas de mobilidade. Nesse sentido, alguns autores consideram a mobilidade como um facto social total, remetendo para Marcel Mauss no clássico *Ensaio sobre a Dádiva*. Lévy fala de mobilidade como facto social total e diz que ela ganha sentido porque entra na composição do capital social dos indivíduos (2000: 158). Bassand e Kaufmann dizem que é a mobilidade espacial que pode ser considerada um facto social total, na medida em que é uma combinação de movimentos reversíveis e irreversíveis que se cruzam em horizontes espaço-temporais específicos (2000: 132).

Falar de mobilidade social ou de adaptação ao longo do percurso de vida, falar de instalação, de integração na sociedade de acolhimento, de acesso à cidadania, entre outras, são formas concorrentes de analisar os mesmos processos dos mesmos actores sociais. No entanto, no debate actual da pós-modernidade, das cidades globais, do crescimento radial das cidades, dos movimentos cada vez mais recorrentes dos emigrantes, sobretudo dos que se inserem numa diáspora, leva-nos a dizer que de facto não devemos esquecer vários pontos de vista e privilegiar uma só forma de enfoque. Nomeadamente, não é de negligenciar um cruzamento de *apports* no domínio dos estudos urbanos em dois aspectos cruciais: (1) o estudo das dinâmicas do crescimento das cidades e alterações, daí decorrentes, dos modos de vida, e (2) os contributos mais criativos no âmbito do conceito de mobilidade. De qualquer forma, os estudos de mobilidade têm contribuído desde sempre, quer os mais técnicos, quer os de carácter sociológico, para pensar melhor a vida nas cidades, e podem continuar a ser uma mais-valia para o urbanismo e planeamento urbano. O contributo da etnografia, na medida em que observa e procura descrever e interpretar práticas e os percursos de vida, parece-me imprescindível neste domínio.

O questionamento plural das problemáticas relacionadas com as migrações usufrui dos estudos sobre mobilidade. Os percursos de vida dos actores sociais com quem lido têm indicado esse caminho. Vários factores colaboram para uma análise necessária dos quotidianos e dos percursos de vida que leve em conta uma abordagem plural e pluridisciplinar do conceito de mobilidade. Por um lado, as migrações sucessivas no âmbito de uma diáspora e suas implicações, nomeadamente a mobilidade

territorial e residencial, passando pela mobilidade horizontal e vertical em termos de mercado de trabalho. Por outro, os contextos urbanos onde estas situações ocorrem: desde as implicações do crescimento das cidades, passando pelas políticas de imigração e políticas sociais, que tanto podem travar como acelerar processos de migração secundária.

Os actuais estudos sobre mobilidade seguem uma de duas vias, ou as duas em simultâneo: (1) ultrapassar a tendência anterior limitada ao avanço tecnológico associado aos transportes e telecomunicações, integrando na abordagem o papel dos actores sociais que utilizam os transportes e que se movem de um lado para o outro num mundo cada vez mais interligado; (2) alargar o conceito de mobilidade social. Ou seja, de um conceito associado classicamente à mobilidade laboral e, por consequência, à melhoria das condições de vida associada à ascensão laboral, para um conceito que alargue essa ideia, incluindo outras formas de mobilidade como passíveis de serem integradas numa análise sobre o que é a mobilidade social. Em suma, seguindo o repto de Kaufmann, Tarrus e outros autores que vão apontando, mais ou menos directamente, para esta confluência, deve integrar-se a mobilidade residencial e territorial num novo tipo de abordagem ao conceito de mobilidade social. Assim considerado, o conceito de mobilidade pode e deve ser convocado para perceber melhor os contornos da circulação recorrente das famílias sul-asiáticas entre cidades britânicas, contribuindo ao mesmo tempo para colmatar uma lacuna nos estudos sobre comunidades asiáticas em diáspora, identificando os locais onde habitam, as cidades e os trajectos entre elas.

Referências bibliográficas

Ali, Nasreen, Virinder S. Kalra, e S. Sayyid (2006), *A Post-Colonial People: South Asians in Britain*, Londres, C. Hurst & Company.

Andrews, Ahmed (1995), “A history of South Asian migration into Leicester: an essay on Hindu/Muslim segregation”, em Nick Jewson (org.), *Migration Processes & Ethnic Divisions*, Leicester, publicação conjunta do Centre for Urban History e do Ethnicity Research Centre, University of Leicester, pp. 66-88.

Assayag, Jackie (2001), *L’Inde: Désir de Nation*, Paris, Éditions U dile.

Ávila, Patrícia, e Mariana Alves (1993), “Da Índia a Portugal: trajetórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 13, pp. 115-133.

Ballard, Roger (org.) (1994), *Desh Pardesh: The South Asian Presence in Britain*, Londres, C. Hurst & Company.

Basch, Linda, Nina Glick Schiller, e Cristina Szanton Blanc (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*, Basel, Gordon and Breach Publications.

Bassand, Michel, e Vincent Kaufmann (2000), “La mobilité spatiale et processus de métropolisation: quelles interactions?”, em Michel Bonnet e Dominique Desjeux (orgs.), *Les Territoires de la Mobilité*, Paris, PUF, pp. 129-140.

Bastos, Susana Trovão Pereira (1990), *A Comunidade Hindu da Quinta da Holandesa: Um Estudo Antropológico sobre a Organização Sócio-Espacial da Casa*, Lisboa, LNEC.

Bastos, Susana Trovão Pereira (2005), “ ‘Our colonizers were better than yours’: identity debates in Greater London”, em *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 31, n.º 1, pp. 79-98.

Bastos, Susana Trovão Pereira, e José Gabriel Pereira Bastos (2001), *De Moçambique a Portugal: Reinterpretações Identitárias do Hinduísmo em Viagem*, Lisboa, Fundação Oriente.

Bonnet, Michel, e Dominique Desjeux (orgs.) (2000), *Les Territoires de la Mobilité*, Paris, PUF.

Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bryant, M. T. (1983), “A Way to God: A Study of Some of the Beliefs and Practices of Hindus in Leicester and Leicestershire”, dissertação de mestrado, University of Leicester.

Cachado, Rita d’Ávila (2000), “Vivências na Vitória: Esboço de Caracterização da Comunidade Hindu da Quinta da Vitória”, relatório de estágio profissional, Loures, Câmara Municipal de Loures (policopiado).

Cachado, Rita d’Ávila (2003), “Colonialismo e Género na Índia – Diu: Contributos para a Antropologia Pós-Colonial”, tese de mestrado em Antropologia, Lisboa, ISCTE (policopiado).

Cachado, Rita d’Ávila (2008), “Hindus da Quinta da Vitória em Processo de Realojamento: Uma Etnografia na Cidade Alargada”, tese de doutoramento em Antropologia, especialização em Antropologia Urbana, Lisboa, ISCTE.

Correia, Hélia Augusta de Magalhães (2004), “Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço num Bairro Multi-Étnico”, dissertação de mestrado em Serviço Social, Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social (policopiado).

Coward, Harold, John Hinnells, e Raymond Brady Williams (orgs.) (2000), *The South Asian Religious Diaspora in Britain, Canada and the United States*, Albany: State University of New York Press.

Davies, J. G. (1984), *Asian Housing in Britain*, Londres, Social Affairs Unit.

Desjeux, Dominique, e Michel Bonnet (2000), “Les significations multiples de la mobilité”, em Michel Bonnet e Dominique Desjeux (orgs.) (2000), *Les Territoires de la Mobilité*, Paris, PUF, pp. 15-19.

Diminescu, Dana (2008), “The connected migrant: an epistemological manifesto”, em *Social Science Information*, vol. 47, n.º 4, pp. 565-579.

Divall, Colin, e Winstan Bond (orgs.) (2003), *Suburbanizing the Masses: Public Transport and Urban Development in Historical Perspective*, Hants, Ashgate.

Erikson, Robert, e John H. Goldthorpe (1993), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.

Grácio, Sérgio (1997), “A mobilidade social revisitada”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 24, pp. 45-69.

Hannan, Kevin, Mimi Scheller, e John Urry (2006), “Editorial: mobilities, immobilities and moorings”, em *Mobilities*, vol. 1, n.º 1, pp. 1-22.

Hill, Clifford (1969), *Immigration and Integration: A Study of Settlement of Coloured Minorities in Britain*, Oxford, Pergamon Hill Hall.

Kaufmann, Vincent, Martin Schuller, Olivier Crevoisier, e Pierre Rossel (2004), “Mobilité et motilité: de l’intention à l’action, consultation de recherche en ‘mobilité et territoires urbains’”, relatório de pesquisa, Junho de 2003, *Cahiers du Lasur* (Laboratoire de Sociologie Urbaine), n.º 4, Enac (Faculté de l’Environnement Naturel, Architectural et Construit), Inter (Institut du Développement Territorial).

Leite, Joana Pereira (1993), “Colonialismo e industrialização de Moçambique: pacto colonial, dinamização das exportações e ‘import substitutions’, 1930-74”, em *Ler História*, n.º 24, pp. 53-74.

Leite, Joana Pereira (1996), “Diáspora indiana em Moçambique”, em *Economia Global e Gestão*, n.º 2/96, Lisboa, AEDG/ISCTE, pp. 67-108.

Lévy, Jacques (2000), “Les nouveaux espaces de la mobilité”, em Michel Bonnet e Dominique Desjeux (orgs.), *Les Territoires de la Mobilité*, Paris, PUF, pp. 155-169.

Lourenço, Inês (2003), “Reflexões Antropológicas em Contexto Pós-Colonial: A Comunidade Hindu de Santo António dos Cavaleiros”, tese de mestrado em Antropologia, Colonialismo e Pós-Colonialismo, Lisboa, ISCTE (policopiado).

Lourenço, Inês (2009), “Os Corpos da Devi: Religião e Género em Diáspora”, dissertação de doutoramento em Antropologia, Lisboa, ISCTE (aguarda defesa).

Malheiros, Jorge Macaísta, 1996, *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Colibri.

Marett, Valerie (1989), *Immigrants Settling in the City*, Londres e Nova Iorque, Leicester University Press.

Martin, John, e Gurharpal Singh (2002), *Asian Leicester*, Gloucestershire, Sutton Publishing.

Nedelcu, Mihaela (2009), *Le Migrant Online: Nouveaux Modèles Migratoires à l’Ère du Numérique*, Paris, L’Harmattan.

Peach, Ceri, e Richard Gale (2003), “Muslims, Hindus, and Sikhs in the new religious landscape of England”, em *Geographical Review*, vol. 93, n.º 4, pp. 469-490.

Piron, Olivier (2000), “Préface”, em Michel Bonnet e Dominique Desjeux (orgs.), *Les Territoires de la Mobilité*, Paris, PUF, pp. 11-13.

Rex, John (1988), *The Ghetto and the Underclass: Essays on Race and Social Policy*, Aldershot, Avebury.

Rita-Ferreira, A. (1985), “Moçambique e os Naturais da Índia Portuguesa”, Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Lisboa, IICT.

Robinson, Vaughan (1986), *Transients, Settlers, and Refugees: Asians in Britain*, Oxford, Clarendon Press.

Sassen, Saskia (2001), *The Global City*, Nova Iorque, Londres e Tóquio, Princeton University Press.

Schiller, Nina Glick, e Ayse Caglar (2009), “Towards a comparative theory of locality in migration studies: migrant incorporation and city scale”, em *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 35, n.º 2, pp. 177-202.

Schuler, Martin, *et al.* (1997), *Des Mobilités à la Mobilité: Vers un Paradigme Intégrateur*, Berna, Conseil Suisse de la Science.

Shaw, Helena Margaret (1982), “Immigrant Preference and Suburban Location: A Case History of East African Asians in Harrow”, dissertação de doutoramento, London School of Economics.

Singh, Gurharpal (2006), “A city of surprises: urban multicultural and the 'Leicester model””, em Nasreen Ali, Virinder S. Kalra e S. Sayyid (orgs.), *A Post-Colonial People: South Asians in Britain*, Londres, C. Hurst & Company, pp. 291-304.

Smith, David, e Anne Whalley (1975), *Racial Minorities & Public Housing*, Londres, Political and Economic Planning.

Sorokin, Pitirim A. (1927), *Social Mobility*, Nova Iorque, Harper and Brothers.

Stopes-Roe, Mary, e Raymond Cochrane (1991), *Citizens of This Country: The Asian-British*, Clevedon, Multilingual Matters, Ltd.

Tarrius, Alain (1989), *Anthropologie du Mouvement*, Caen, Paradigme.

Vertovec, Steven (1991), *Aspects of the South Asian Diaspora*, Nova Deli, Oxford University Press.